



**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CCA)**

No dia 25 do mês de novembro de 2015, realizou-se a 16ª reunião ordinária da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), na sala de reuniões Ipê da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com as presenças dos membros integrantes: Aline Bitencourt da Silva (SEMA/COGEF), Elba Alves Silva (SEMA/SPA), Cristiana Sousa Vieira (SEMA/SEP), Ricardo Guedes Miranda (INEMA/DIRUC), Maria Tereza de Andrade e Andrade (INEMA/DIRRE), Luiz Vitor Ernesto Marsala (CEPRAM), e Eduardo Henrique Rode (CONERH); além de outros participantes: Paulo Sérgio dos Anjos e Juvenal Ferreira Neto (representantes da Prefeitura Municipal de Maracás), Jeanne Sofia Tavares (INEMA/DIRUC), Roberta Lucena (SEMA/COGEF), Daiane Maltez (SEMA/COGEF), Fabiana Cavadas (SEMA/COGEF), Horário Leal (SEMA/COGEF), Carla Mariane (SEMA/COGEF), Raissa Pimentel (SEMA/ASSESP), Maiana Pitombo (SEMA/ASTEC) e Luiz Carlos de Araújo Júnior (SEMA/ASTEC). Constaram em pauta os itens: 1) Aprovação das atas das 13ª e 15ª reunião ordinária; 2) Apresentação do Projeto de iniciativa do Município de Maracás: elaboração do Plano de Manejo e infraestrutura do Parque Natural Municipal Bosque da Nascente do Rio Jiquiriçá; do Projeto de infraestrutura das estações ecológicas de Rio Preto e da Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães pela DIRUC, e da Metodologia de Gradação de Impacto Ambiental; 3) Apreciação/Deliberação: Aplicação de recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Usina Hidro-Metalúrgica para Lavra Beneficiamento do Minério Vanadífero" – Vanádio de Maracás S.A. - TCCA nº 001/2014; Redesignação dos recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Parque Eólico Esperança" – Enel Green Power para elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural dos Cânions do Subaé; Proposta de Metodologia de gradação de impacto ambiental; 4) Informes: Atualização da situação dos processos de compensação ambiental em trâmite; 5) O que Ocorrer. A Sra. Aline Bitencourt iniciou a reunião ressaltando que, pelo regimento, quando a ata é enviada com dez dias de antecedência para os membros do conselho, é dispensada a leitura na reunião da Câmara, como isso foi feito, a leitura dessas atas fica dispensada, considerada aprovada e lembrou que a ata da 13ª reunião foi totalmente refeita e reencaminhada, pois a mesma estava confusa. O Sr. Juvenal Neto deu início à reapresentação do projeto de iniciativa do município de Maracás, informando que o projeto já incorporava as modificações com base nas sugestões apresentadas. Ressaltou que a reapresentação foi construída de forma resumida e bastante objetiva. O projeto era justificado por possuir um parque com áreas de grande relevância ambiental e beleza natural para o Vale do Jequiriçá. O plano de manejo e as alterações de infraestrutura propostos visam garantir a conservação/requalificação do parque frente aos desafios do acelerado crescimento e integrá-lo a comunidade local através do projeto de requalificação. O Sr. Juvenal Neto pontuou ainda, que por existir a muito tempo, o parque dos Eucaliptos tornou-se um



40 equipamento da cultura local, sendo utilizado pela população para lazer e prática de
41 exercícios, usos estes que tem nível de degradação mínimo, portanto, justifica-se a
42 necessidade de mudança de forma gradual, ao invés de fechamento ou mudança radical,
43 utilizando-se do viveiro e de outros mecanismos propostos no projeto, de forma a
44 impactar os habitantes da menor forma possível, fazendo com que se acostumem e até
45 se conscientizem ao longo do processo. Justificando o investimento na infraestrutura, o
46 Sr. Juvenal Neto demonstrou acreditar que essa requalificação dará a Unidade de
47 Conservação um desempenho maior, pois uma coisa é limitar a população de participar
48 desse processo e outra coisa é inserir a população nesse processo, à exemplo da
49 Chapada Diamantina que possui um ecoturismo muito acentuado, de certa forma até
50 degradante, mas que contém uma conscientização dos frequentadores que voltam as
51 suas cidades com uma consciência levemente diferente. Então, acredita-se que a
52 inserção da população nesse processo trará benefícios e de certa forma vai impulsionar o
53 desenvolvimento da Unidade de Conservação. As diretrizes específicas do projeto de
54 infraestrutura são: preservar ao máximo o uso do Parque dos Eucaliptos em sua natureza
55 sócio ambiental; funcionar como referência para as atividades correlatas a UC; promover
56 ações de educação ambiental; promover e controlar o ecoturismo; realizar a substituição
57 de espécies exógenas por espécies nativas. Observando o sucesso da ação de
58 conservação da nascente do Rio Jequiriçá, em que houve participação popular, faz-se
59 acreditar que inserir a comunidade local no processo de requalificação do parque só trará
60 benefícios. Em relação a questão da promoção e controle do ecoturismo, tem-se, na área
61 da nascente, uma trilha de novecentos e sessenta e seis metros e, no Parque dos
62 Eucaliptos, atividades como bicicross e caminhadas. Espera-se aumentar o número de
63 visitantes ao local, e assim, o contato com a natureza existente devido à proximidade com
64 a UC, como também que haja o estímulo do desenvolvimento da consciência ambiental,
65 motivada pelo sentimento de preservar o espaço utilizado por todos. Por fim, agradeceu a
66 atenção de todos, abrindo espaço para perguntas dos presentes na reunião. O Sr. Luiz
67 Vitor requisitou que fosse feita uma melhor explicação de como funcionava a unidade
68 piloto, pois foi dito que as flores não são lá cultivadas, assim, explicaria o que ocorre
69 nesse local. O Sr. Juvenal Neto respondeu que quando o governo lançou o programa,
70 Maracás foi uma das cidades que se destacou. Não se sabe com precisão qual a área
71 que se utiliza para o projeto piloto, pois é uma área muito pequena, e não deve
72 ultrapassar dois mil metros quadrados. O Sr. Prefeito de Maracás tomou a palavra e
73 apontou que o projeto piloto estava inserido em cima da área de lazer, então ela não trará
74 prejuízo nenhum para o plano de manejo abaixo da área a ser recuperada. O projeto era
75 pequeno, não devendo chegar a mil metros quadrados, sendo o viveiro agregado ao
76 projeto, então se tratava de um projeto experimental. Disse que Maracás produz muitas
77 flores nos arredores. O Sr. Juvenal Neto complementou que hoje o projeto piloto funciona
78 basicamente para visitação e manuten o, indicando que ainda se plantam flores
79 exógenas nessa pequena área, mas que   basicamente usada para visita o e



80 distribuição de mudas. O Sr. Eduardo Rode comentou que foi feita uma solicitação de
81 adequação de equipamentos que não estavam muito sustentáveis. O Sr. Juvenal Neto
82 respondeu que esse projeto se encontrava na fase de anteprojeto, então a especificação
83 detalhada dos materiais se dará no projeto executivo que acontece depois da aprovação,
84 mas adiantou que se pretende utilizar alguns eucaliptos que forem retirados e que
85 estiverem próprios para uso na construção de algumas edificações. O Sr. Ricardo Guedes
86 ressaltou que o Sr. José Neto e o Sr. Prefeito de Maracás se fizeram presentes na DIRUC
87 após a última reunião que ocorreu e, juntamente com o setor de criação, foram pontuados
88 os ajustes a serem feitos no projeto: os equipamentos, o uso, a adequação do plano de
89 manejo, ou seja, foi dado esse apoio à prefeitura nesses ajustes, tornando assim o projeto
90 muito parecido com outros que visam alterações de infraestrutura em Unidades de
91 Conservação Estaduais. Pontuou-se também a questão do receptivo para os visitantes,
92 da sede da Secretaria de Meio Ambiente Municipal, entre outros pontos do projeto. O Sr.
93 José Neto complementou que eram questões internas que a prefeitura iria definir e são
94 iniciativas que estão predispostas a acontecer. Luís Vitor pontuou que percebeu uma
95 sensível melhoria nos conceitos, mas, no entanto, há uma certa dificuldade para assimilar
96 a ideia de Unidade de Conservação Integral sendo utilizada pela população, se pudesse
97 redefinir esse projeto de outra forma que não como Unidade de Conservação Integral mas
98 sim como uma Unidade de Uso Sustentável aí sim teria um conceito compatível com a
99 finalidade do projeto que foi apresentado, pois uma Unidade de Conservação Integral não
100 contempla esse tipo de uso, por isso, sugere-se essa alteração. O Sr. José Neto
101 requisitou uma sugestão, pois percebeu tal falha e questionou-se a definição entre
102 Unidade de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, mas, no
103 entendimento de uma Unidade Sustentável, extraem-se recursos para um tipo de
104 produção ou uso para benefício de um determinado grupo de pessoas ou comunidade, o
105 que não é o caso. No caso desse projeto o uso seria de frequência. Luís Vitor
106 complementou questionando como pode se ter uma Unidade de Conservação Integral
107 com toda essa frequência. Adequar o conceito seria algo que tornaria sua classificação
108 mais coerente. O uso de equipamento pela população é interessante, mas colide com o
109 conceito de Unidade de Conservação Integral, mas se levar isso para o ponto de vista
110 público, as coisas ficam mais bem encaixadas. O Sr. Ricardo Guedes fez um
111 esclarecimento citando que se fosse criada uma Unidade de Uso Sustentável não se teria
112 acesso a esse recurso por conta da tipologia da unidade, pois a compensação só era
113 destinada para proteção integral e infraestrutura. Pontuou-se essa questão conceitual
114 visando o fato do uso mais frequente nessa área do Parque dos Eucaliptos, mas existem
115 vários parques no Brasil que praticam esse uso mais voltado para o lazer em
116 determinadas zonas. Ou seja, esse plano de manejo tem que se dar de forma coerente
117 com a Unidade e atribui-se esse tipo de uso a uma zona específica. Ainda há zonas mais
118 restritivas como no caso das nascentes. O ideal seria o plano de infraestrutura sendo
119 executado em paralelo com o plano de manejo, porém isso é uma deficiência que ocorre



em muitas unidades, então muitas vezes as coisas não acontecem exatamente como estão definidas na criação, execução, plano de manejo, infraestrutura, gestão, etc. Todavia, o mais importante é que ao final se tenha a Unidade de Conservação implementada. Ressaltou que na DIRUC, essa foi a maior preocupação e foi pontuado o plano de manejo. O Sr. José Neto complementou apontando que isso pode ser analisado geograficamente, observando as áreas já recuperadas, uma que é pasto e outra que é a área dos eucaliptos, que será substituída. Acredita-se que com isso, ao longo dos anos, o uso acabe sendo diminuído e sendo limitado aos poucos. Essa área faz a ligação entre a área urbana e a área do parque. O Sr. Luís Vitor pontuou que, mesmo havendo todas essas explicações, ainda havia uma incoerência, mas que para mitigar isso, o plano de manejo era fundamental. Dividir em mais de uma unidade também não seria interessante, então uma possível sugestão para contemplar todos os interesses seria fazer do Parque dos Eucaliptos uma zona de amortecimento dessa unidade de conservação integral, pois assim se teria um plano de manejo para a unidade de conservação e outro plano de manejo para a zona de amortecimento, pois as características de ambas são distintas, logo são incoerentes, e isso é o que consta na lei das UCs. A Diretoria da Unidade de Conservação (DIRUC) colocou-se à disposição para ajudar o município a fazer os ajustes que forem necessários. Informou que foi feita uma nota técnica naquela semana por conta dessa destinação. A DIRUC ajudou no processo de criação com a Sra. Iara, ajudou no projeto do plano de manejo e permanece a disposição para dar apoio nos ajustes que forem necessários para implementação da unidade. A Sra. Maiana Pitombo esclareceu que, de acordo com a Lei do SNUC, a proposta ajustada com a DIRUC atendia o estabelecido no artigo décimo primeiro, que aduz sobre a possibilidade, entre outras, da realização da atividade de recreação em contato com a natureza dentro da unidade caracterizada como Parque Nacional, possibilidade que podemos estender, analogamente, ao Parque Municipal. O Sr. Prefeito comentou que a luta para a volta do reflorestamento em Maracás iniciou-se, com a conclusão do estudo realizado no início do mandato em 2013, com finalização em fevereiro de 2014. Então o objetivo com a área de lazer é promover a interação das pessoas, das escolas com a preservação, havendo a conscientização que mesmo numa área de lazer, é importante que haja a preservação da natureza. O Sr. Luiz Vitor comentou que foram lidas as características das Unidades de Conservação Integral e pelo que foi percebido o parque não contempla um órgão público dentro da propriedade e pelo o que foi esclarecido, tem-se uma Secretaria do Meio Ambiente dentro do parque. Então, repete-se o que foi sugerido anteriormente, criação de duas zonas distintas, uma UC e uma zona de amortecimento. Com isso, haveria a necessidade de dois planos de manejo, um para cada zona sugerida. Há diferenças entre UC sustentável e UC integral, então isso é o que leva a incoerência no que estava sendo proposto. A intenção com tais observações não é de se criar obstáculos para o projeto do município de Maracás, e sim trazer coerência ao que está sendo proposto. São notórias as boas intenções contidas no projeto, mas o mesmo tem que respeitar alguns conceitos



160 para que tudo seja coerente e de acordo com as definições já estabelecidas. Comentou-
161 se que o correto então seria especificar o plano de manejo do Parque dos Eucaliptos que
162 se configura como uma zona de amortecimento. Certamente será solicitada uma reunião
163 com o Sr. Ricardo Guedes e esses ajustes serão feitos. O Sr. Ricardo Guedes ressaltou
164 que não trabalha com plano de manejo na Coordenação, quem faz esse trabalho é a Sra.
165 Ana Carla. Questionou-se se a solução mais eficaz seria realizar ajustes no plano de
166 manejo em cima do que já estava pronto e se ao efetuar os ajustes se marcaria nova
167 reunião ou se somente a circulação desse material via e-mail seria o suficiente para
168 viabilizar sua aprovação. Decidiu-se que, ao efetuar os ajustes não haveria a necessidade
169 de uma nova reunião. A Sra. Raissa pontuou que a proposta do Sr.-Luiz Vitor implicará
170 em vedação de aplicação dos recursos da compensação ambiental nessa nova categoria
171 de Unidade de Conservação, pois no SNUC é expresso quando determina que a
172 compensação ambiental deve ser aplicada em UC do grupo integral, aludiu também que
173 se fosse feita uma visita seria percebido que o que está sendo categorizado como uso é
174 somente a frequência popular, sem nenhum contato com o restante da UC. Eduardo
175 Rode ressaltou que não se pode perder a oportunidade de discutir e, dentro da legalidade,
176 aprovar um projeto desse tipo. Do ponto de vista de um parque federal, haveria uma sede
177 de algum órgão da mesma forma que um parque estadual também possui sedes, assim
178 pode-se ter uma certa flexibilidade para compreender que se trata de um parque
179 municipal onde se tem o uso muito forte da população e ao se bloquear esse uso é
180 inevitável uma reação. Foi complementado que atualmente Maracás encontra-se em
181 grande crescimento, assim, aproveitar essa oportunidade para estabelecer uma Unidade
182 de Conservação significa cuidar dessa situação. O Sr. Luiz Carlos ressaltou que era
183 desnecessária essa alteração de zoneamento, pois acredita que se deve evoluir no
184 sentido de entender a gestão num outro nível. A Sra Maiana Pitombo complementou que
185 seria inviável uma manutenção de uma zona de amortecimento no coração de uma
186 Unidade de Conservação porque tiraria todo o significado dessa zona, que é a que tem
187 contato com a área urbana; disse, ainda, que assim estariam reduzindo o tamanho da
188 unidade de conservação proposta. Questionou-se se, nesse caso, o plano de ação pode
189 complementar o plano de manejo e suprir essa questão. Ao que a Sra. Maiana respondeu
190 que essas restrições de acesso e uso permitidas pelo SNUC podem estar estabelecidas
191 no plano de manejo. Ficando definido que o plano de manejo será zoneado, possuindo,
192 neste caso, uma zona de maior proteção, que seria a região da nascente, e uma zona do
193 parque dos Eucaliptos, que teria restrições de uso, então, com a ideia de zona de
194 amortecimento, seria lógico que a parte que se comunica com a área urbana teria que ser
195 cercada. A Sra. Aline Bitencourt ressaltou que, de acordo com o décimo primeiro artigo do
196 SNUC e como o projeto foi discutido com a DIRUC e ajustado em relação ao que vem
197 sido desenvolvido nas Unidades de Conservação Estaduais, em sua opinião considerava
198 o projeto aprovado da maneira que se encontrava visando a proposta de um plano de
199 ação que complemente as questões pendentes, sendo que, como o plano de manejo



estava previsto pra toda unidade, de certa forma, já estará contemplado o parque como um todo. Assim o plano de manejo contemplará o uso de toda a unidade estando o mesmo já aprovado pela DIRUC. Com uma manifestação contrária a aprovação da forma que o projeto estava, a Sra. Aline Bitencourt declarou a proposta aprovada na íntegra e agradeceu ao Sr. Juvenal Neto e ao Sr. Prefeito de Maracás. O próximo ponto de pauta, a apresentação do projeto de infraestrutura das Estações Ecológicas de Rio Preto e Wenceslau Guimarães. O Sr. Ricardo Guedes iniciou a apresentação pontuando que há uma deficiência muito grande de infraestrutura na Estação Ecológica do Rio Preto, porque a unidade foi contemplada com georreferenciamento mais cercamento com recursos de outra compensação ambiental. Informou ainda que o plano de manejo estava sendo feito pelo recurso do INEMA, faltando para a implementação dessa unidade a infraestrutura. As Unidades de Proteção Integral no estado foram contempladas com os guarda parques e, por questões contratuais, esses guardas têm que estar dentro das Unidades de Conservação e hoje nessas unidades de proteção que não possuem essa infraestrutura, utiliza-se de casas cedidas ou alugadas para manter esse serviço dentro das unidades. No caso da Estação Ecológica do Rio Preto, precisa-se urgente da construção de uma infraestrutura para abrigar os vigilantes e os gestores dessa unidade. Como o recurso é escasso, não se deseja gastar recursos para elaborar projetos tendo em vista que dentro do próprio INEMA, teria uma instância que poderia elaborar esse projeto e, assim, aplicar-se-ia esse recurso na construção da infraestrutura. Foi informado pela DIRUC que existem Termos de Referência de Infraestrutura de todas as unidades de proteção integral e adequação das unidades que já possuem infraestrutura, e que, em relação a Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães, a falta de manutenção na sua infraestrutura acarretou na necessidade de uma reforma e de um reparo urgente. Assim por conta da urgência, deseja-se destinar os recursos para a execução e não para a elaboração do projeto. Questionaram à Sra. Jeanne se a mesma tem conhecimento de quantos guarda parques possui cada uma das Estações e se as mesmas terão gestores. A Sra. Jeanne respondeu que há uma média de vinte vigilantes por unidade. O Sr. Ricardo Guedes complementou que no caso da Estação Ecológica do Rio Preto, a gestora é a servidora Balbina, mas a mesma se encontra de licença médica e quem estava assumindo é o Sr. Leibe Santos, que fica na UR de Barreiras à disposição da Unidade de Conservação. No caso da Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães há um Termo de Cooperação Técnica com a prefeitura municipal de Wenceslau Guimarães onde esta cede servidores que ficam à disposição da Unidade de Conservação. A contrapartida do INEMA é veículo, abastecimento, e toda infraestrutura, mas, atualmente, por causa dos mencionados problemas, os servidores ficam indo e voltando todos os dias da Estação Ecológica. Essa infraestrutura, a exemplo da Cachoeira do Ferro Doido, tem um auditório, um receptivo, alojamento para os guardas, sala para o gestor, ou seja, toda estrutura mínima para manutenção da unidade e, além dos contratos para segurança, tem os contratos terceirizados, como por exemplo, limpeza, jardinagem, secretárias, etc., então, deve ter



mais ou menos uns vinte e seis servidores trabalhando na UC de Wenceslau Guimarães. No caso do Rio Preto, inicialmente alguns projetos foram corrigidos aos poucos, foi feita primeiramente uma sede pequena para o gestor com recursos do INEMA, depois o alojamento dos guardas, a estrutura para o receptivo, ou seja, muitas vezes as coisas são feitas aos poucos de acordo com as condições e com os recursos disponibilizados. Questionaram qual a área dessas unidades e qual a dificuldade de contratar o projeto elétrico e hidráulico. O Sr. Ricardo Guedes respondeu que era o custo, pois por estimativa, seriam cerca de cem a duzentos mil reais para fazer os projetos arquitetônico, elétrico e hidráulico. Como o arquitetônico já se conseguiu, tem que analisar o custo do projeto elétrico e hidráulico. No caso da Estação Ecológica do Rio Preto não se tem nada, observa-se uma área indicada pela gestora Balbina de aproximadamente uns quinhentos metros quadrados, pois antes se previa um projeto maior, mas, devido à deficiência de recursos e a urgência, houve a necessidade de simplificação do projeto, executando-o por partes. O Sr. Ricardo Guedes esclareceu que os guardas trabalham em regime de plantão, ou seja, os vinte não se encontram integralmente na unidade, portanto, a necessidade era de se abrigar apenas dez guardas. O Sr. Eduardo Rode, questionou se para dimensionar um abrigo para dez pessoas e uma sede com um escritório era realmente necessária uma visita ao local. O Sr. Ricardo Guedes respondeu que precisava por causa da especificidade da unidade. A unidade está localizada a margem do Rio Preto, ou seja, tem-se dificuldade em encontrar uma área por conta da Área de Proteção Permanente (APP). Em algumas unidades tem-se um nível maior de visitação e isso implicaria na necessidade de uma infraestrutura maior, como no caso do Conduru e de Sete Passagens. Ou seja, por mais que se tente a generalização do projeto para as unidades, cada unidade tem suas especificidades e suas características. Na estação do Rio Preto tem-se o caso de baixa visitação por conta da distância, e também por conta de sua categoria. Alegou que dentro da DIRUC não há um corpo técnico para efetuar essas adequações, tendo em vista que o NEARQ atualmente só possui uma arquiteta que atende todo o INEMA. Então é uma dificuldade atual por conta da escassez de mão de obra especializada para fazer esses projetos. O Sr. Eduardo Rode, que se identificou como engenheiro, ressaltou que pode se ter um projeto padrão tipo A, B, C de acordo com a Unidade de Conservação, assim teria um padrão que atenda cada perfil de unidade, fez também a sugestão de firmar um convênio com a Escola de Engenharia da Unijorge e oferecer uma premiação aos melhores projetos para Unidades de Conservação, a fim de estimular os estudantes; para isso poderia entrar em contato e ver a possibilidade da criação de um prêmio de meio ambiente, dado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA, por criação de projeto das edificações e suas instalações complementares. A Sra. Aline Bitencourt pontuou que o INEMA verá a possibilidade de fazer o projeto arquitetônico. Complementou-se que na Escola de Arquitetura há empresas júnior formadas pelos estudantes, com arquitetos e engenheiros formados à frente delas, visto que estudantes não podem assinar projetos. Contudo, seria



280 uma oportunidade para chamar atenção dos estudantes para as questões ambientais das
281 Unidades de Conservação. Após, a Sra. Aline retomou a palavra e complementou que
282 entrará em contato com o Sr. Eduardo para obter os contatos para trabalhar e ver o apoio
283 que pode ser conquistado para esse projeto das Unidades de Conservação. Passando
284 para o próximo ponto de pauta, a Metodologia de Gradação de Impacto Ambiental, o Sr.
285 Eduardo Rode relatou que em conversa com o Sr. Luiz Vitor, e, ao observar a
286 complexidade da documentação, percebeu uma dificuldade em analisar e aprovar esse
287 ponto da pauta na presente reunião. Houve algumas considerações, chegando-se a
288 conclusão de que a melhor opção seria uma discussão interna com o GT de meio
289 ambiente do CREA, abordando aspectos como, o divisor C.C.1.: indústria de açúcar e
290 confeitaria. A Sra. Maiana sugeriu assistir à apresentação até o fim para dirimir as
291 dúvidas, assim estas poderiam ser sanadas. Então, como foi bem definido, a
292 apresentação era de uma proposta da metodologia de cálculo com as considerações da
293 Câmara de Compensação Ambiental para os empreendimentos de significativo impacto
294 ambiental sujeitos a EIA/RIMA e, portanto, sujeitos a compensação ambiental. A proposta
295 de metodologia de cálculo segundo a fórmula, já estava estabelecida pelo método do
296 IBAMA, que a compensação ambiental seria o valor referência vezes o grau de impacto,
297 sendo que o grau de impacto seria o resultado da soma da relevância ambiental com o
298 índice de áreas especialmente protegidas, ambos apresentados pelo mapa de relevância
299 ambiental do Estado da Bahia. Em seguida, mostrou o mapa de relevância ambiental,
300 chamando a atenção que as áreas verdes são consideradas de baixa relevância e as
301 áreas vermelhas são consideradas de alta relevância e se o empreendimento pretende se
302 implementar numa área de alta relevância a lógica é pagar um valor de compensação
303 ambiental maior, por isso existe a tabela de classificação por níveis, considerando as
304 tipologias dos empreendimentos. Falou que essa classificação de níveis passou pelo
305 INEMA que sugeriu os valores de nível I, II ou III, mas pode ser discutido e retornar ao
306 INEMA para analisar as considerações apresentadas pelos membros dessa Câmara.
307 Ratificou que a significância do impacto ambiental no Estado da Bahia foi relativizada de
308 modo a consignar as gradações em níveis: nível I (mais baixo) a nível III (mais alto). Fica
309 reservado ao órgão ambiental, baseado na análise do estudo, mudar os níveis caso
310 identifique que aquela atividade seja mais ou menos impactante. Na proposta, só constam
311 aquelas atividades que, pelo anexo IV do Decreto, estariam sujeitas a EIA/RIMA. A
312 proposta era para que os membros da Câmara tecessem considerações acerca da
313 metodologia. O Sr. Luiz Vitor comentou que pode existir uma diferença de impacto entre a
314 Usina de Açúcar e a Confeitaria, e pediu para repassar o anexo considerando que era
315 parcial e teria que sofrer muitas adequações. O Sr. Luiz Vitor destacou que existem certas
316 incoerências que precisariam ser discutidas para poder fundamentar sua discordância. A
317 Sra. Aline propôs um prazo de 30 (trinta) dias para apresentarem considerações a essa
318 proposta para encaminhar ao INEMA para aprovação ou não. O Sr. Luiz Vitor falou que o
319 CEPRAM tem uma Câmara Técnica de assuntos Institucionais e vai tentar levar o assunto



320 para apreciação dessa Câmara, pois o assunto é muito relevante e não deve ser resolvido
321 sem o controle social. Lembrou que no Decreto tem uma matriz que foi modificada por
322 sugestão do próprio conselheiro. Disse que se for verificar o indicador de relevância
323 ambiental nível I é 0,30, baixo nível III também é 0,30 e muito baixo é 0,30 então tem que
324 se estabelecer uma coerência; disse que considerava um modelo matemático que tem
325 que estabelecer certos critérios. A Sra. Mariana Vidal contextualizou com relação a
326 sugestão do Sr. Luiz Vitor da participação e discussão dessa proposta no âmbito do
327 CEPRAM, não vendo nenhum problema, apesar de não ser de competência do CEPRAM.
328 Complementou que essa discussão estava na Câmara de Compensação e depois deverá
329 ser publicada pelo INEMA, mas não há nenhum prejuízo a ser discutido, estando a
330 participação social garantida com a representação do Conselheiro; comentou que talvez
331 não seja mais conveniente discutir na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
332 considerando que já que se trata de uma discussão técnica, o jurídico entra para mera
333 formalização da minuta a ser publicada. O Sr. Luiz Vitor reiterou a necessidade de fazer
334 essa discussão no âmbito do CEPRAM por conta das incoerências identificadas. A Sra.
335 Maiana esclareceu que em relação às classes, pretende-se utilizar o mapa de relevância
336 que utiliza as classes de muito baixa a alta. O Sr. Luiz Vitor colocou que se jogar 5 contra
337 3 vai ter um nível de coerência, se jogar 5 contra 4, melhora muito. A Sra. Maiana
338 argumentou que estava trabalhando 3 contra 3 e caiu no impasse. O Sr. Eduardo Rode
339 solicitou que fosse enviada essa apresentação a todos. A Sra. Aline questionou se dentro
340 de 30 dias conseguiria dar o retorno ao INEMA das considerações que porventura serão
341 apresentadas pelos membros da Câmara. A Sra. Mariana Vidal externou preocupação,
342 colocou que o envio do material pode facilitar para que cada um com seus pares possa
343 discutir a proposta; ressaltou que nem tudo pode ser considerado como incoerente, e sim
344 alguma coisa que não ficou compreendido, pois necessariamente foi estabelecido em
345 cima de uma coerência técnica. A Sra. Aline definiu prazo de 30 dias para manifestação,
346 para propor mais ajustes na metodologia, e encaminhar essas sugestões para o INEMA
347 incorporar e apreciar. Deixou claro que a aprovação dessa metodologia era
348 responsabilidade do INEMA. O Sr. Eduardo Rode perguntou se a classificação das
349 indústrias a divisão C (açúcar e confeitaria) constou em Decreto ou norma do INEMA. Foi
350 respondido que encontra-se no anexo IV do Decreto nº 14.024 de 06 de junho de 2012. O
351 Sr. Eduardo Rode falou que uma confeitaria não tem o mesmo impacto que uma usina de
352 açúcar. Foi informado que na elaboração desse anexo propôs colocar todas as atividades
353 em nível III, considerando todos de alto impacto, mas para respeitar a peculiaridade de
354 cada um dos empreendimentos, precisou relativizar qual era o menos impactante de
355 todos de alto impacto e qual era o mais impactante; disse que de fato, todas as definições
356 de níveis foram validados pela Diretoria de Regulação do INEMA (DIRRE) que lida
357 diretamente com o licenciamento ambiental dessas atividades, segundo entendimento
358 dessa diretoria, as definições estão coerentes dentro de uma lógica de quem trabalha
359 todos os dias com o assunto. Como deliberação, seria aguardado o retorno da proposta



360 com as alterações dos membros da Câmara para o INEMA verificar. Os Srs. Ricardo
361 Guedes, Eduardo Rode, Cristiana Sousa, Luiz Vitor, Elba Alves e Maria Teresa
362 concordaram. Ratificou-se a aprovação do projeto da infraestrutura do Parque de
363 Maracás, e passou para o próximo ponto da pauta, a redestinação dos recursos da
364 compensação ambiental do empreendimento "Parque Eólico Esperança" da empresa
365 ENEL para elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural dos Cânions do
366 Subaé. A DIRUC iria apresentar essa proposição para justificar uma
367 alteração/substituição de uma destinação por outra. Disse que estava previsto os recursos
368 de compensação ambiental do empreendimento "Parque Eólico Cristal" para o plano de
369 manejo do Monumento Natural do Cânions do Subaé, contudo o valor chegou próximo de
370 um milhão, mas só tinha quinhentos e sessenta e nove mil reais de recursos. Como esse
371 plano de manejo tem urgência, resolveu-se usar também os quinhentos e oitenta e dois
372 mil reais do Parque Eólico da Esperança, juntando os dois valores para fazer esse plano
373 de manejo. Informou que o Termo de Referência já foi apresentado e estava no aguardo
374 dessa decisão para fazer a permuta do recurso. A Sra. Aline informou que o Plano de
375 Manejo era de novecentos e cinquenta mil reais e o outro Termo era quinhentos e oitenta
376 e dois mil reais, mas que o projeto de Cachoeira de Ferro Doido teria outra fonte de
377 recurso. A Sra. Jeanne falou que a ideia era contemplar a infraestrutura de Ferro Doido e
378 buscar uma outra destinação para o Plano de Manejo. O Sr. Luiz Vitor questionou se não
379 sobraria um troco para um prêmio. A Sra. Jeanne disse que teria que ver a questão da
380 parceira para entrar com o know-how para dar apoio e não teria nenhum pagamento
381 previsto por não ter como fazer a compensação. Disse que se houver possibilidade de
382 celebrar uma parceria e a Universidade apresentar o projeto ficaria com recurso para
383 contratar a obra. O Sr. Eduardo sugeriu conversar com o CREA para que esse ano o
384 prêmio de Meio Ambiente contemple um projeto para as Unidades de Conservação. A
385 Sra. Aline informou que tem um Termo de Referência pronto para o Monumento Natural
386 do Cânions do Subaé; foi recebido os Termos de Compromissos assinados pela ENEL
387 para colher assinatura do INEMA, com isso o processo com a ENEL será mais rápido
388 para contratar os serviços, juntando os dois recursos. Disse que seria interessante
389 contemplar esse plano de manejo, e que, particularmente, aprova o pleito da DIRUC, os
390 demais membros concordaram com ressalva do Sr. Luiz Vitor que justificou seu voto,
391 aludindo que, se era melhor um do que nenhum, então dentro dessa perspectiva seria
392 melhor os dois; lamentou que precisou envolver dois recursos para resolver um problema,
393 isso revela que o meio ambiente não era prioridade no mundo dos fatos. Aline informou
394 que foi aprovado a alteração do Projeto Mirabela na última reunião, e o edital de licitação,
395 para contratação dos serviços de acordo com os Termos de Referência, foi lançado no
396 início da semana, estando a SEMA aguardando as propostas para encaminhar ao INEMA
397 e, este, deliberar qual a proposta mais adequada. Com relação ao processo da LAFARGE
398 (Comunidade Quilombola do Dandá), a COGEF estava aguardando o retorno do INEMA e
399 a assinatura do Termo de Compromisso para poder solicitar a licitação/contratação pela



400 empresa. A proposta da TAESA se encontra em avaliação final da DIRUC, a qual pediu
401 complementação das propostas, estas já foram encaminhadas pela empresa. Foi
402 encaminhado o novo Termo de Compromisso da CODEBA, o projeto já foi destinado,
403 aguardando assinatura pelo INEMA. Com relação ao processo de regularização fundiária
404 da BAMIM, o Termo de Referência encontra-se na DIRUC para atendimento das
405 diligências feitas pela PGE. Em seguida a Sra. Aline declarou encerrada a reunião às
406 onze horas e vinte minutos, solicitou assinatura das atas das 13ª e 15ª reuniões
407 aprovadas; registrou que estavam presentes na 15ª reunião os Srs. Luiz Vitor, Cristiana
408 Sousa, Ricardo Guedes e Eduardo Rode e na 13ª reunião estavam presentes Elba Alves,
409 Cristiana Sousa e Maria Cristina. O Sr. Eduardo Rode solicitou cópias das atas assinadas.
410 Nada mais a tratar, eu, Maria do Carmo dos Anjos lavro esta ata que vai ser assinada por
411 todos os membros presentes. Salvador, 25 de novembro de 2015.

412 **Membros presentes:**

413 Aline Bitencourt da Silva (SEMA/COGEF) *Aline*

414 Cristiana Sousa Vieira (SEMA/SEP)

415 Elba Alves (SEMA/SPA)

416 Maria Tereza de Andrade e Andrade (INEMA/DIRRE)

417 Luiz Vitor Marsala (CEPRAM) *Luiz Vitor Marsala*

418 Eduardo Henrique Rode (CONERH) *Eduardo Henrique Rode*

419 Ricardo Guedes (INEMA/DIRUC) *Ricardo Guedes*

